

ETICIDADE EM HANNAH ARENDT

Flávio Maria Leite Pinheiro¹; Antonio Luiz Cardoso de Figueiredo²; Marcos Fábio Alexandre Nicolau³; Renato Almeida de Oliveira⁴; Antonio Glaudenir Brasil Maia⁵ (orientador).

RESUMO

Abordagem teórico-conceitual sobre a existência de uma ética no pensamento da filósofa contemporânea, Hannah Arendt, mediante suas reflexões políticas frente ao terror ideológico do totalitarismo nazista.

Palavras-chave: Ética. Política. Totalitarismo.

1 INTRODUÇÃO

Buscar evidenciar uma ética em Hannah Arendt (1906-1975) é, antes de tudo, trazer à tona, mesmo que de modo genérico, suas reflexões sobre as condições que levam o homem ao relacionamento consigo mesmo, com os outros e com o mundo, na significação de sua existência.

Em sua obra, *A Condição Humana* (1958), que trata sobre a *vita activa*, ou seja, que trata sobre as atividades fundamentais exercidas pelos homens (labor, trabalho e ação), Arendt (2001, p. 13) indica logo no prólogo: "O que proponho [...] é muito simples: trata-se apenas de refletir sobre o que estamos fazendo".

Ora, implícito em tal colocação está o esclarecimento de que Arendt não buscou desenvolver um tratado filosófico que fornecesse soluções e fórmulas para o agir humano, através da revelação de uma verdade única e imutável. Sua proposta, que pode ser estendida a toda sua obra, é uma proposta de reflexão na qual esse - "*o que estamos fazendo*" - refere-se à dimensão política da vida humana. Assim, explicitar uma ética em Arendt só é possível através da compreensão prévia de que seu pensamento - mesmo aquele que se dedica à análise da *vita contemplativa* (pensar, querer e julgar), ou seja, a assuntos mais filosóficos - vincula-se sempre ao tema político. Portanto, como esclarece Aguiar (2001, p. 185-186) é preciso considerar que:

Arendt não é uma filósofa da ética [...]. Isto é, para Arendt pensar a ética é pensar que princípios inerentes à atividade política são, neles mesmos, portadores de uma dimensão ética.

¹ Professor da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), da Universidade Federal do Ceará (UFC), da Faculdade Luciano Feijão (FLF), da Academia Estadual de Segurança Pública (AESP). Especialista em Direito Empresarial pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Mestrando em Filosofia pela UECE. Procurador Federal.

² Professor do Curso de Filosofia da UVA. Mestre em Filosofia pela UFC.

³ Professor do Curso de Filosofia da UVA. Mestre em Filosofia pela UFC. Doutor em Educação pela UFC

⁴ Professor do Curso de Filosofia da UVA. Mestre em Filosofia pela UFC. Doutorando em Filosofia pela UFC.

⁵ Professor do Curso de Filosofia da UVA. Mestre em Filosofia pela UECE. Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Pós-doutorando em Filosofia pela UFC.

Contudo, como escreve Sontheimer (1999, p. 9) na introdução do livro de Arendt - *O Que é Política?* - é necessário ainda observar que:

A compreensão da política para qual Hannah Arendt quer abrir nossos olhos [...] está muito acima da compreensão usual e mais burocrática da coisa política, que realça apenas a organização e a garantia da vida dos homens.

Para Arendt, o sentido da política, desde seu surgimento na *polis* grega, está vinculado à liberdade e a espontaneidade humana. Não se trata, contudo, de propor um retorno inviável e saudosista aos tempos clássicos, mas de, através da lembrança, perscrutar o passado e despertar a essência política da ação humana e suas implicações éticas.

2 METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa básica e exploratória que objetiva proporcionar conhecimentos novos e úteis para o avanço para a ciência filosófica em torno de problemática da eticidade. Do ponto de vista da abordagem, trata-se de uma pesquisa descritiva e qualitativa, haja vista que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números e, que se utiliza da técnica bibliográfica para alcançar seu escopo.

3 RESULTADOS E PROBLEMATIZAÇÃO

3.1 A Ação Humana

As reflexões de Arendt são fruto das experiências políticas de sua época e de sua própria vida. Experiências estas que se ligam à sua condição de judia-alemã, às suas atividades sionistas, ao seu refúgio na França e, posteriormente, nos Estados Unidos, frente uma Europa conflituosa que presenciou o fenômeno totalitário, a intolerância ideológica e o terror dos campos de concentração em vista da ascensão de Hitler ao poder. Portanto, o pensamento de Arendt é voltado para os fenômenos que ofuscaram o sentido da política por terem tentado suprimir sua condição básica de liberdade e pluralidade humana.

Os sistemas totalitários, na forma do nazismo e do comunismo [...] cujo surgimento Hannah Arendt analisou em seu grande livro sobre o totalitarismo, são a forma mais extrema de desnaturação da coisa política, posto que suprimem por completo a liberdade humana, submetendo-a ao fluxo de uma determinação histórica ideologicamente fundamentada (SONTHEIMER, 1999, p. 8).

No caso específico do nazismo, com o fim da II Guerra, o mundo tomou consciência dos horrores promovidos por aquele regime totalitário.

Os campos de concentração não se destinavam, apenas, ao extermínio de pessoas, mas eram, também, verdadeiras fábricas de aniquilamento sistemático da dignidade humana, ou seja, antes do assassinato propriamente dito, a dignidade humana da vítima era totalmente destruída. Desprovidos de bens, de familiares e de seus próprios nomes, tais vítimas quando não eram horrendamente tatuadas, em seus braços, com números de identificação, viam suas identidades reduzidas a símbolos (como a estrela de Davi), ou a cores (como a vermelha, para comunistas e a rósea, para homossexuais). Já não existia, assim, o sujeito singular e aqueles corpos de homens, mulheres e crianças eram tangidos debaixo de berros, surras e ladridos de cães ferozes a trabalhos forçados, sob péssimas condições de sobrevivência, submetidos à total falta de higiene, à fome, ao frio, ao estupro, à exibição de seus corpos nus para a escolha de quem "merecia" sobreviver por mais tempo. E toda essa degradação humana ainda não era suficiente. Arrancavam-lhes os dentes de ouro para enriquecer os cofres do *Reich*; raspavam-lhes as cabeças para que de seus cabelos fossem feitos colchões e forros para botas de soldados; submetiam-lhes a experiências médicas hediondas, como, a amputação de membros perfeitos do corpo, sem anestesia, para verificar a capacidade de suportar a dor, ou ainda, costurar crianças gêmeas, uma a outra, para ver por quanto tempo sobreviveriam e até que grau chegaria as inflamações causadas pela costura. Por fim, após serem totalmente explorados, esses seres eram levados a câmaras de gás para serem exterminados por asfixia e muitas vezes, antes de seus cadáveres seguirem para o crematório, arrancavam-lhes a pele que serviria de material para a fabricação de abajures e de sabão. Toda essa terrificante realidade e, muitas outras, estão registradas em filmes, documentários, livros e inúmeros documentos disponíveis na Internet.

Contudo, para Arendt, não era apenas a terrificante situação das vítimas que fugia à qualquer explicação conceitual tradicional, também os carrascos criminosos escapavam para além do classificado pela tradição.

Do mesmo modo como as vítimas nas fábricas da morte ou nos campos do esquecimento já não são "humanas" aos olhos do carrasco, também essa novíssima espécie de criminosos situa-se além dos limites da própria solidariedade do pecado humano (ARENDR, 1989, p. 510).

Ao se voltar o olhar para tão assombrosa experiência, cabe perguntar: existem de fato padrões, mandamentos, crenças religiosas ou proposições morais que assegurem a conduta humana em uma regra geral universalmente válida?

Segundo Hannah Arendt, diante desses fatos, o esfacelamento da tradição tomou-se patente, ou seja, a tradição ocidental não foi capaz de explicar, enquadrar, justificar ou prever o fenômeno totalitário e suas implicações e consequências. Na introdução da obra de Arendt, *Entre o Passado e o Futuro*, Lafer (1979, p. 10- 11) esclarece:

Diante deste fenômeno, os padrões morais e as categorias políticas que compunham a continuidade histórica da tradição ocidental se tornaram inadequadas [não só] para fornecerem regras para a ação – problema clássico colocado por Platão - ou para

entenderem a realidade histórica e os acontecimentos que criam o mundo moderno - que foi a proposta hegeliana - mas, também, para inserirem as perguntas relevantes no quadro de referências da perplexidade contemporânea.

Ora, ética e política não se dissociam no pensamento de Hannah Arendt e se houve um esfacelamento da tradição e um ofuscamento do significado da política, o mesmo aconteceu no campo da ética, pois, sendo a política a categoria mais abrangente, tudo que nela acontece se reflete na esfera da ética. Assim, dando continuidade à explicação, Lafer (1979, p. 10) acrescenta:

De fato, o fenômeno totalitário revelou que não existem limites às deformações da natureza humana e que a organização burocrática de massas, baseada no terror e na ideologia, criou novas formas de governo e dominação, cuja perversidade nem sequer tem grandeza.

Ao mencionar que no fenômeno totalitário nem a perversidade tem grandeza, Lafer traz à tona um outro ponto da reflexão de Arendt. Trata-se da "banalidade do mal", tema abordado em seu livro *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal* (1963). Obviamente, devido à complexidade do assunto, não se pretende aqui explicitar todas as considerações e implicações que o livro de Arendt suscitou. A relevância recai sobre a compreensão do mal em seu caráter banal e não em sua "grandeza" como sempre foi tratado pela tradição.

3.2 A Incapacidade de pensar

Hannah Arendt empregou a expressão "banalidade do mal", por ocasião do relato que fez à revista *New Yorker* sobre o julgamento de Adolf Eichmann, ocorrido em 1961, em Jerusalém. Ora, Eichmann havia sido chefe da Seção de Assuntos Judaicos, no Terceiro *Reich* e um dos principais responsáveis pela concentração e evacuação dos judeus da Alemanha, Áustria e Tchecoslováquia, tendo sido capturado em Buenos Aires, já no ano de 1960 e levado a responder por seus crimes, na Corte de Israel, que o condenou à morte por enforcamento.

Em meu relato, mencionei a "banalidade do mal". Por trás desta expressão não procurei sustentar nenhuma tese ou doutrina, muito embora estivesse vagamente consciente de que ela se opunha à nossa tradição de pensamento - literário, teológico ou filosófico - sobre o fenômeno do mal. Aprendemos que o mal é algo demoníaco; sua encarnação é Satã, "um raio caído do céu" (Lucas 10:18), ou Lúcifer, o anjo decaído [...] cujo pecado é o orgulho [...]. Diz-se que os homens maus agem por inveja [...], ou podem ter sido movidos pela fraqueza [...], ou ainda, ao contrário, pelo ódio poderoso que a maldade sente pela pura bondade [...]; ou pela cobiça "raiz de todo mal" [...].

Aquilo com que me defrontei, entretanto, era inteiramente diferente, e, no entanto, inegavelmente factual. O que me deixou aturdida foi que a conspícua superficialidade do agente tornava impossível retrair o mal incontestável de seus atos, em suas raízes ou motivos, em quaisquer níveis mais profundos.

Os atos eram monstruosos, mas o agente - ao menos aquele que estava agora em julgamento - era bastante comum, banal, e não demoníaco ou monstruoso (ARENDDT, 1991, p. 5-6).

Ora, o Eichmann descrito por Arendt é apenas um homem comum, como tantos outros, preso às necessidades, preocupado apenas com sua carreira, expressando-se através de uma linguagem administrativa e que não possuía grandes motivações ideológicas ou políticas.

"Banalidade do mal" é, portanto, um termo utilizado por Arendt para designar a falta de profundidade que caracterizava o réu, de forma que o mal inegável e extremo de seus atos não podia ser atribuído a motivações especificamente malignas.

4 CONCLUSÃO

Uma ética em Hannah Arendt não implica em regras de conduta determinadas, por valores imutáveis, situados fora do sujeito que pratica a ação, pois, é em seu íntimo, através do pensamento, que as relações estabelecidas com os outros ganham significado. Portanto, é pelo pensamento que a responsabilidade pessoal que do homem diante do mundo e das gerações futuras, aflora de modo a vencer toda apatia, toda futilidade e todo mal que corrompem o espaço público e a liberdade humana. Eichmann representava para Arendt o retrato do homem contemporâneo, prisioneiro das necessidades, sem motivações, carente de uma consciência moral e de capacidade política. Mas, todas essas limitações podem sempre ser superadas pois, como frisou Arendt, enquanto os homens tiverem a capacidade de agir poderão praticar atos imprevisíveis e incalculáveis.

A possibilidade de pensar, de querer, de julgar e de agir se articulam assim, na ética da responsabilidade pessoal, na qual o sujeito produz e avalia seus próprios princípios.

Assim sendo, a única maneira da ação humana se realizar ética seria através da livre-escolha que, por sua vez, revela a maneira com que cada homem tem se inserido no mundo através de seus atos, afirmações e negações.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, O. A. **Ética e Dissenso em Hannah Arendt**. In. *Origens do Totalitarismo 50 anos depois*. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 2001.

ARENDT, H. **A Condição Humana**. Tradução de: Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

_____. **Origens do Totalitarismo**. Tradução de: Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LAFER, C. **Entre o Passado e o Futuro**. Tradução de: Mário W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1979.

SONTHEIMER, K. **O que é Política?** Tradução de: Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1999.